

ENDESA 2015 ENCONTRO NACIONAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

19 a 23 de outubro de 2015

Centro de Eventos Cenarium Rural

Cuiabá (MT) – Brasil

01 LEVANTAMENTO EPIDEMIOLÓGICO DOS RETESTES PARA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA REALIZADOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL ENTRE 2013 E 2015

Epidemiological survey of retest for equine infectious anemia performed at South Region of Brazil between 2013 to 2015

LIMA, F. M.1; SANTOS, D. V.1; COSTA, J. M. N.1; SERQUEIRA, M. A. C. M.1; RAVISON, J. A.1; NEVES, A. G.1; SORGETZ, F. F.1; BORBA, J. C.1; MAIA, T. F.1; FERREIRA, A. E. C.1; BANDEIRA, V. G.2; DOMINGUES, R. D.3; DIEHL, G. N.3
1 Laboratório de Diagnóstico de Doenças dos Animais, Laboratório Nacional Agropecuário no Rio Grande do Sul, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Porto Alegre, RS, Brasil.

2 Serviço de Saúde Animal, Superintendência Federal de Agricultura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

3 Divisão de Defesa Sanitária Animal, Departamento de Defesa Agropecuária, Secretaria da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: dia.lanagrors@agricultura.gov.br.

O LANAGRO/RS recebe amostras coletadas por veterinários oficiais da região sul do país para realizar o reteste para a Anemia Infecciosa Equina (AIE). O objetivo desse trabalho foi realizar um levantamento epidemiológico para analisar os retestes realizados pelo LANAGRO/RS, assim como a concordância dos resultados emitidos pelos laboratórios credenciados e o reteste. Foi realizado um levantamento epidemiológico de todos os resultados laboratoriais, relativos ao reteste de animais positivos para AIE, emitidos pelo LANAGRO/RS, no período de janeiro de 2013 até abril de 2015. No período analisado, foram testadas 34 amostras. Destas, 11 (32,4%) tiveram resultado negativo no laboratório oficial. Das amostras para reteste provenientes de Santa Catarina, 40% (4/10) tiveram resultado diferente (negativo) do que o resultado inicial emitido pelos laboratórios credenciados. No Paraná, o índice foi de 33,3% (7/21). Já no Rio Grande do Sul, não houve discordância de resultados. Os dados apresentados nesse estudo devem ser analisados com cautela, já que tratam de um número limitado de amostras (34) e o período de tempo de observação foi curto (30 meses). Com base nos dados analisados, uma das possíveis causas dessa divergência poderiam ser erros na execução da técnica por parte dos laboratórios ou erro na leitura e/ou contaminação com o controle positivo durante a inoculação da amostra. Outra hipótese da causa dessa divergência de resultados poderia estar ligada à coleta do animal. Nesse ponto pode ocorrer a troca do animal devido a uma falha no reconhecimento do equino pelo veterinário oficial, já que a resenha, no momento da primeira coleta, é realizada pelo médico-veterinário particular. Não se pode descartar, ainda, a troca intencional do animal. Algumas medidas devem ser discutidas pelos gestores e implantadas para minimizar a discordância de resultados. Inicialmente, em nível laboratorial, a realização de treinamentos e ensaios interlaboratoriais por parte dos responsáveis técnicos e analistas dos laboratórios credenciados poderia melhorar a qualidade dos ensaios. Auditorias direcionadas, realizadas pelo MAPA, com base nos dados discordantes, poderiam ser realizadas nesses laboratórios da rede credenciada. A campo, faz-se necessária a implantação de mecanismos destinados a garantir que a amostra do reteste seja do mesmo animal que foi coletado para o primeiro teste. Nesse caso, poderiam ser utilizadas técnicas moleculares para a identificação do animal. Outra possibilidade é a divisão da amostra inicial em três alíquotas (teste, contra-prova e reteste), garantindo a autenticidade da amostra e minimizando o risco de troca. Apesar das limitações desse levantamento, esses dados suscitam alguns questionamentos e proposições em relação à discordância dos resultados dos testes realizados em laboratórios credenciados e os emitidos pelo LANAGRO/RS, que devem ser discutidos pelos gestores da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos.
Palavras-chave: Anemia Infecciosa Equina. Levantamento epidemiológico. Reteste.

02 APLICAÇÃO DO PROJETO "FAZENDO EDUCAÇÃO" NA 10ª AGROFEIRA DA CIDADE DE BACABAL/MA – 2015

Application of project "making education" in 10th agri-fair of Bacabal/MA – 2015

MOURA, A. M.1; TEIXEIRA, A. F. M. C.1; MOREIRA, D. S.1; TEIXEIRA, E. H. C.1; ALBUQUERQUE, F. A. M.1; OLIVEIRA, J. C.1; VIDIGAL, K. F.1; BARROS, R. J.1
1 Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão. Av. Marechal Castelo Branco – Edifício Jorge Nicolau, nº 13, São Francisco, CEP: 65090-160, São Luís MA, Brasil. E-mail: adriaged@gmail.com.

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA), por meio da Coordenadoria de Educação Sanitária e Comunicação (CESAC), vem promovendo o Projeto "Fazendo Educação", onde o conhecimento sobre os programas sanitários de grande relevância ao meio agropecuário do Estado é apresentado nas grandes exposições agropecuárias buscando o envolvimento de crianças do Ensino Fundamental com a finalidade de despertar o senso crítico e a criatividade na difusão das ações desenvolvidas pela agência, junto às comunidades da zona rural em que convivem. O objetivo do projeto é o de oferecer informações aos alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas da cidade de Bacabal/MA sobre os temas febre aftosa e agrotóxicos, incentivando-os a adquirirem comportamentos e atitudes que possam melhorar a defesa sanitária e a qualidade de vida da comunidade. Para a realização do projeto, duas escolas de 3ª série do Ensino Fundamental da cidade de Bacabal/MA foram selecionadas e convidadas a levar seus alunos para participar da 10ª Agrofeira. Essa feira agropecuária é considerada o maior evento agropecuário do centro-norte do Estado e recebeu o projeto "Fazendo Educação" no período de 25 a 27 de agosto de 2015, onde participaram 133 crianças que puderam interagir com a equipe da AGED formada por médicos-veterinários, engenheiros agrônomos e pedagogos, em várias atividades educativas como palestras sobre os temas febre aftosa e agrotóxicos, apresentação de teatro de fantoches, dinâmicas de grupo, visita aos animais expostos na feira, possibilitando o contato direto das crianças com bovinos, equinos, ovinos e caprinos. No final dia eram efetuados questionamentos aos estudantes sobre os temas abordados e entregues prêmios aos que acertassem, tais como brinquedos e kits educacionais. O interesse e a participação apresentados pelos alunos foram contagiante, fazendo com que outras escolas solicitassem junto à AGED a aplicação das atividades educativas. Com o projeto "Fazendo Educação" as crianças se sentem motivadas a sensibilizar os seus familiares e a comunidade sobre a importância na prevenção e erradicação da febre aftosa e cuidados no uso de agrotóxicos, assumindo condição de agentes multiplicadores. **Palavras-chave:** Evento agropecuário. Atividades educativas. Saúde animal.

03 VIGILÂNCIA ATIVA OFICIAL PARA SALMONELA E MICOPLASMA EM GRANJAS DE REPRODUÇÃO DE GALINHAS (MATRIZES) NO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

Official active surveillance for salmonellosis and mycoplasmosis in poultry breeding establishments of the state of Parana, Brazil

SILVA, J. M.1.

1 ADAPAR. Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Rua dos Funcionários nº 1.559, Bairro Cabral, CEP: 80.035-050, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: julianosilva@adapar.pr.gov.br.

O Brasil encontra-se hoje na liderança mundial da exportação e na terceira posição global na produção de carne de frango, o que gera cerca de 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos e responde por aproximadamente 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). O Estado do Paraná é o líder nacional na produção de carne de frango, respondendo por 27,5% dessa expressiva produção. Porém, existem inúmeros desafios a serem superados, inclusive alguns relativos aos aspectos sanitários. Salmonelose e micoplasmose aviária são doenças que afetam de forma significativa a produção avícola brasileira e mundial, pelos impactos econômicos gerados e por questões que envolvem danos diretos à saúde pública. No Brasil, o MAPA criou, em 1994, o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), que conta com arcabouço legal que prevê, dentre outras ações, o controle de quatro sorotipos de salmonelas (*S. Gallinarum*, *S. Pullorum*, *S. Typhimurium* e *S. Enteritidis*) e três sorotipos de micoplasmas (*M. Gallisepticum*, *M. Synoviae* e *M. Melleagridis*). Sendo assim, a ADAPAR, órgão executor do PNSA no Estado do Paraná, por meio da Instrução Interna de Serviço 01 (IS 01), criou em 2013 ações complementares de vigilância sanitária ativa para salmonelose e micoplasmose, com foco nos estabelecimentos avícolas